

MATO GROSSO DO SUL: RIQUEZA HISTÓRICA, TRADIÇÃO E MEMÓRIA ANTECIPANDO A DIVISÃO POLÍTICA DO ESTADO

MATO GROSSO DO SUL: HISTORICAL RICHNESS, TRADITION AND MEMOIRS ANTICIPATING THE POLITICAL DIVISION OF THE STATE

Paulo Bungart Neto¹

RESUMO: O artigo discute um aparente paradoxo: o fato de a autonomia política do Mato Grosso do Sul ser recente (outubro de 1977), a despeito de seu longo período de maturação histórica e cultural, na qual a ideia de divisão do estado assumiu grande relevância. Com o apoio bibliográfico de historiadores e memorialistas sul-mato-grossenses, o artigo demonstra de que maneira episódios como a Guerra do Paraguai ou o apoio do Sul do Mato Grosso à Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, são indícios de manifestações culturais de um povo com identidade própria e que, portanto, exigia reconhecimento oficial, ocorrido apenas no final da década de 1970.

Palavras-chave: História do Mato Grosso do Sul; literatura sul-mato-grossense; memórias.

ABSTRACT: The article discusses an apparent paradox: the fact that the political autonomy of Mato Grosso do Sul state is very recent (October 1977), despite of its long period of cultural and historical maturation, in which the idea of the division of Mato Grosso state became stronger. With the support of a bibliography in the areas of History and Memories, the text shows the terms in which episodes like “Guerra do Paraguai” (“Paraguayan War”) or the support of the South of Mato Grosso to the “Constitutionalist Revolution” in São Paulo, in 1932, are indications of cultural manifestations in a people with their own identity and, thus, who claimed official recognition, occurred only in the late 1970’s.

Keywords: Mato Grosso do Sul History; sul-mato-grossense literature; memories.

“Este, que aqui aportou, / Foi por não ser existindo. / Sem existir nos bastou. / Por não ter vindo foi vindo / E nos creou”.

(Fernando Pessoa, “Ulysses”, *Mensagem*, 1981, p. 23)

“Saibamos morrer; os sobreviventes dirão o que fizemos”.

(frase atribuída a José Francisco Lopes, o “Guia Lopes da Laguna”, in *Senhorinha Barbosa Lopes*, Samuel Xavier Medeiros, 2007, p. 127)

Assim como no poema de *Mensagem*, de Fernando Pessoa, que utilizo como epígrafe, a respeito do mito de ter sido Ulisses o fundador de Portugal, também Mato Grosso do Sul “foi por não ser existindo”, ou melhor, já “existia” antes de “ser”. Esta condição peculiar e praticamente única em solo brasileiro, diz respeito ao fato, aparentemente simples, mas que permite as mais variadas ressonâncias e desdobramentos, de o estado ter sido criado oficialmente em 11 de outubro de 1977, através da Lei Complementar nº 31, após longo período de maturação cultural.

¹ Doutor em Literatura Comparada pela UFRGS. Professor Adjunto III da UFGD, atualmente pesquisa obras de memorialistas do Mato Grosso do Sul.

De fato, poucas regiões brasileiras possuem uma riqueza histórica tão grande, produto, é verdade, de muito sofrimento e sangue derramado na conquista do território fronteiriço, e, justamente por isso, repleto de relatos de bravura e abnegação. Assim, tentarei mostrar de que maneira o Mato Grosso do Sul, de autonomia política recente, “foi por não ser existindo” há muitos séculos, sendo um processo de construção identitária de profundas e diversificadas raízes culturais, a compor uma mescla que teve em seu bojo inúmeras tribos nativas, que se somaram aos conquistadores ibéricos, primeiramente castelhanos e em seguida portugueses, em graves e exasperados conflitos, conforme se lê em *Histórias da terra matogrossense* (1983), do jornalista e historiador J. Barbosa Rodrigues, e em *Taboco: Balaio de recordações* (1984), de Renato Alves Ribeiro. Mais tarde, como se verá adiante, gaúchos, mineiros, nordestinos e paulistas migraram em bom número para a até então desconhecida terra.

Em “Aleixo Garcia: o descobridor de Mato Grosso”, segundo capítulo da obra de Barbosa Rodrigues, lê-se que “espíritos aventureiros” já percorriam a região antes mesmo da colonização efetiva do território brasileiro, ocorrida somente a partir de 1530. Diz Rodrigues:

Nem bem repercutira na Europa a notícia da descoberta da Terra de Santa Cruz e já se iniciavam as primeiras tentativas de devassamento da nova colônia, encabeçadas por espíritos aventureiros, cujos nomes principais a história conservou. [...] Assim é que, no vigésimo quarto ano da descoberta do Brasil, uma entrada já se registrava pelos então sertões do sul de Mato Grosso, chefiada pelo aventureiro português Aleixo Garcia, sobrevivente do naufrágio de uma das naus da expedição chefiada por Juan Diaz de Solís em 1515, que assim se sagrou como o primeiro a transpor uma das mais importantes regiões do interior brasileiro e mereceu ser tido como o descobridor de Mato Grosso (RODRIGUES, 1983, p. 19)².

Aleixo Garcia, o Ulisses sul-mato-grossense, aquele que “foi vindo e nos criou” em 1524!, muito antes, por exemplo, da fundação de São Paulo pelo padre José de Anchieta (1554). Barbosa Rodrigues refere-se a crônicas antigas que afirmam ter Aleixo Garcia, comandando “meia dúzia de patrícios” e “grande número de índios guaranis”, transposto a bacia do rio Paraná, cruzado o planalto de Maracaju e, através do rio Miranda, chegado à foz do rio Paraguai e à “Sierra de la Plata”, movido pela cobiça do descobrimento de “fabulosos tesouros de prata” (1983, p. 19). Em bandeira saída de São Vicente, Aleixo Garcia é então o primeiro homem branco a pisar o solo do sul da província de Mato Grosso. Renato Alves Ribeiro, em *Taboco*³, citando um importante historiador, também se refere ao pioneirismo de Aleixo, porém, tendo partido de Santa Catarina e não do litoral de São Paulo:

Conforme Vergílio Corrêa Filho afirma em “Pantanaís Matogrossenses”, a primazia cronológica destas expedições nessa região cabe a Aleixo Garcia que, de Santa Catarina rumou para o oeste pelo caminho indígena, atravessou o rio Paraguai nas vizinhanças de Porto Esperança e alcançou as regiões serranas, de onde voltou carregado de despojos (RIBEIRO, 1984, p. 11).

²De Barbosa Rodrigues, ver também *Isto é Mato Grosso do Sul – Nasce um Estado* (1978).

³Taboco é o nome de uma das maiores fazendas de criação de gado de Mato Grosso no início do século XX. Localizada nos arredores de Aquidauana, foi fundada no final do século XIX pelo Coronel Jeje Alves Ribeiro, avô do engenheiro agrônomo e memorialista Renato Alves Ribeiro, que reconstituiu, em *Taboco – 150 anos: Balaio de recordações*, a saga da família e dos empregados agregados à terra pantaneira.

As palavras de Renato Alves Ribeiro, colhidas no estudo histórico de Vergílio Corrêa Filho, confirmam a indicação de Barbosa Rodrigues a respeito da penetração da bandeira de Aleixo nos sertões do sul de Mato Grosso, mais precisamente em Porto Esperança, hoje distrito de Corumbá. Em 1718, Paschoal Moreira Cabral Leme, à procura de ouro e seguindo o roteiro traçado por Pires de Campos, funda Cuiabá, conforme se lê em *História da literatura sul-mato-grossense*, no qual José Couto Vieira Pontes aponta o roteiro previsto pela maioria das expedições, de onde se conclui que, naquela época, para se chegar a Cuiabá através do rio Paraguai, devia-se necessariamente passar por localidades hoje pertencentes ao Mato Grosso do Sul:

A rota das bandeiras era a seguinte: partindo geralmente de Porto Feliz, desciam o Tietê e o Paraná, subiam o Pardo até as cabeceiras, e, atravessando o divisor de águas do Paraná com o Paraguai, na localidade de Camapuá, ganhavam o rio Paraguai, subindo até Cuiabá (PONTES, 1981, p. 22).

Porto Esperança e Camapuá são, portanto, duas das primeiras localidades “descobertas” pelos exploradores na região equivalente ao atual território do Mato Grosso do Sul. A primeira cidade fundada, no entanto, é Corumbá, que pode se orgulhar do título de município mais antigo do estado, remetendo sua fundação ao longínquo ano de 1778. Vejamos o que escreve Vieira Pontes sobre esta informação histórica:

No período governamental de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1771-1790) ocorre a fundação do Presídio de Nova Coimbra (1775) e três anos depois a do povoado de Albuquerque, futura Vila de Santa Cruz de Corumbá. A ata da fundação desta cidade foi lavrada no dia 21 de setembro de 1778 (...) (PONTES, 1981, p. 22).

A partir da fundação de cidades como Cuiabá e Corumbá e do conseqüente apelo ao povoamento e colonização das novas terras, a região aos poucos recebe um grande número de imigrantes dispostos a ali se estabelecerem como fazendeiros e agricultores. Na obra *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*, Astúrio Monteiro de Lima esclarece que a região foi ocupada sobretudo por gaúchos (ver os capítulos “As porcentagens incompletas”, 1979, p. 46-50; “Um gaúcho sem querência”, p. 57-60; e “Não sei se brigam”, p. 153-156⁴), paulistas (“Paulistas trazendo progresso”, p. 112-114) e mineiros (“Laquicho, o famoso peteiro”, p. 89-109, e “Como vieram outros mineiros”, p. 110-111).

A ocupação da região por imigrantes vindos de Minas Gerais, aliás, merece uma menção à parte, devido a sua intensidade e importância como pioneiros. No capítulo “Quem ergueu o primeiro rancho?” (1989, p. 15-20), o segundo da obra *Camalotes e guavirais*, Ulisses Serra demonstra que a cidade de Campo Grande foi fundada por dois mineiros, José Antônio Pereira e Manuel Vieira de Sousa, que, por volta de 1872, fraternalmente aceitaram dividir as terras recém descobertas tendo como limites fronteiriços os córregos Prosa e Segredo. Antes da chegada dessas famílias a Campo Grande, em meados do século XIX a família de Antônio Francisco Lopes já havia feito a longa e penosa travessia entre as duas províncias,

⁴ Neste último se lê que “Remonta aos anos de 1892 a 1905, a vinda dos maiores afluxos migratórios de rio-grandenses-do-sul, procurando a região da fronteira sudoeste de Mato Grosso” (LIMA, 1979, p. 153).

com família, gado e outros bens. A fascinante história da imigração da família Lopes, que se tornaria famosa pela participação de José Francisco Lopes, filho de Antônio, no episódio da Retirada da Laguna ocorrido durante a Guerra do Paraguai (o “Guia Lopes da Laguna”, ver o depoimento de Taunay em *A retirada da Laguna*), pode ser acompanhada em obras como a já citada *Histórias da terra matogrossense* (ver último capítulo, “Dona Senhorinha”, 1983, p. 109-114), em *Vespasiano, meu pai*, de Nelly Martins (“Os Barbosas se instalam no sertão”, 1989, p. 28-30), e sobretudo no instigante romance histórico de Samuel Xavier Medeiros, intitulado *Senhorinha Barbosa Lopes*, no qual lemos que

(...) clãs mineiros e paulistas começaram a chegar à região sudoeste da província de Mato Grosso. Uma dessas famílias era a de Antônio Francisco Lopes, seu futuro sogro [de Senhorinha], originário de Piunhi, Minas Gerais, que, já em 1820, transferira-se com a família para a cidade paulista de Franca e ali conhecera seu pai, Antônio Gonçalves Barbosa. Este Lopes era casado com D. Teotonia Joaquina de Souza e com ela teve nove filhos, seis homens e três mulheres. Um deles, Joaquim Francisco Lopes, chamado *O Sertanejo*, foi um dos primeiros que apareceu, empreendendo viagens e abrindo picadas pelos sertões do sul, juntamente com seu irmão José Francisco Lopes, futuro segundo marido de Senhorinha, dirigindo-se especialmente para a região da Vacaria, mais tarde criando a fazenda Jardim (MEDEIROS, 2007, p. 33).

A narrativa de Samuel Medeiros mescla muito bem ficção e fato ao criar uma narradora (a freira Maria Tomé), que reconstitui a história de Raphaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa de Lopes, mais conhecida como Senhorinha, nascida em Sabará-MG a 26/11/1815, e diretamente relacionada, como se verá a seguir, à ocupação do sul do Mato Grosso e à resistência feminina durante a Guerra do Paraguai. Como se deduz da citação acima, o pai de Senhorinha, Antônio Gonçalves Barbosa, e o pai de José Lopes, Antônio Francisco Lopes, partem juntos para o sudoeste mato-grossense, com famílias, animais e bens materiais. Além disso, combinam o casamento entre Gabriel Lopes, irmão de José, e Senhorinha, com consentimento desta. O casamento ocorre em 1836, e o casal parte para Santana do Paranaíba. Tiveram três filhos em três anos consecutivos. As famílias buscam boas terras no sul do Mato Grosso por anos a fio, e se estabelecem em 1846 em uma fazenda que denominaram “Monjolinho”, onde plantam banana, mandioca, legumes, milho e feijão. Os negócios prosperaram até que, em outubro de 1849, Gabriel é morto numa briga com dois escravos (MEDEIROS, “A morte de Gabriel”, 2007, p. 51-56). Senhorinha fica viúva aos 34 anos. Nessa ocasião, já se iniciara os problemas na fronteira com o Paraguai que desembocariam, nas décadas seguintes, na guerra estúpida e cruel, e as perseguições aos brasileiros começara ainda no governo de Carlos Antonio Lopez, pai de Solano. Foi assim que uma patrulha guarani aprisionou Senhorinha e seus filhos (“A primeira prisão”, 2007, p. 57-59).

A freira segue narrando a saga de Senhorinha que, após ser libertada, casa-se com o cunhado (e também viúvo) José Francisco Lopes. Mesmo ouvindo boatos a respeito da guerra com o país vizinho, José Lopes é obrigado a levar uma boiada ao norte da província. Nesse ínterim, a fazenda é invadida e destruída pelos soldados paraguaios, que aprisionam

novamente Senhorinha, seus filhos e escravos da fazenda. Por cinco anos, os prisioneiros passam fome e vivem sob condições precárias no interior do Paraguai, nos arredores da Vila de Horcheta, a caminho da capital Assunción. São libertados somente após o término do conflito (1870), e Senhorinha, caçada por tantos infortúnios, na fronteira com o Brasil descobre, através do relato de soldados brasileiros sediados em Bela Vista, que seu marido José, o Guia Lopes, e um de seus filhos, morreram vitimados pelo *cholera morbus* durante o episódio conhecido como Retirada da Laguna. A conduta de José foi tida como heróica pelo exército brasileiro, pois foi devido ao seu conhecimento detalhado da região que a tropa conseguiu com sucesso deslocar-se com segurança até a fazenda Jardim. O heroísmo de José Lopes é eternizado no relato do Visconde de Taunay, na obra *Seiscentas léguas a pé (A Campanha do Apa)*, de Acyr Vaz Guimarães⁵, e no romance de Samuel Xavier Medeiros. Assim como Antônio João, sobre o qual falarei a seguir, o Guia Lopes é igualmente homenageado como nome de município do atual estado do Mato Grosso do Sul.

A guerra da Tríplice Aliança, mais conhecida como Guerra do Paraguai (1864-1870), a despeito de seu horror e atrocidades cometidas, é um bom exemplo de como historicamente a região sul de Mato Grosso motivou relatos e textos memorialísticos muito antes da autonomia política do estado (na época, província), sendo o mais importante as *Memórias* do Visconde de Taunay, texto pioneiro do memorialismo sul-mato-grossense, como argumento em texto apresentado, em 2011, em evento promovido pela UNIOESTE, *campus* de Cascavel-PR⁶.

A maior parte das memórias de Taunay, publicadas, por determinação expressa do autor, apenas em meados do século XX, diz respeito a sua participação no conflito, e a obra é fundamental por vários aspectos, não apenas por ser um dos primeiros textos memorialísticos da literatura brasileira, mas sobretudo por retratar simultaneamente as infames condições técnicas da tropa brasileira durante o sangrento conflito e a natureza da região (assombrosa para ele, que se impressionou com a extensão dos rios, a diversidade de peixes e de espécies de formigas etc), chegando a desenhar, nas horas de folga, as paisagens que mais o fascinaram.

O fato de o conflito com o Paraguai ter se passado, em solo brasileiro, no atual território de Mato Grosso do Sul, implica obviamente em uma rica e ampla fortuna crítica sobre a região. Exemplo disso é a grande quantidade de obras, nos mais variados gêneros, surgidas para ficcionalizar e/ou descrever historicamente os fatos supostamente ocorridos durante os anos de guerra e de pós-guerra. Na poesia, Raquel Naveira, em *Guerra entre irmãos (Poemas inspirados na Guerra do Paraguai)*, acentuou o caráter trágico do conflito “entre povos irmãos” em poemas de forte lirismo como “Antônia”, “Madame Lynch” e “Aos homens mortos do Paraguai” (1993). Nos subgêneros memorialísticos, podemos aprender

⁵ Ver o capítulo “O guia” (1988, p. 81-89). Ao comentar o destino de Senhorinha após sua libertação, Acyr se refere à indenização paga à família pelo Império brasileiro, obtida pela interferência direta de Taunay: “O governo imperial indenizou-a pelo gado (pouco mais de quinhentas reses) que seu marido (o guia Lopes) entregara às forças expedicionárias em luta. Pôde, assim, levantar uma nova vivenda e, amargurada, viver com os pés no chão que seus ex-maridos desbravaram” (GUIMARÃES, 1988, p. 83).

⁶ Ver “As *Memórias* do Visconde de Taunay: precursoras do memorialismo sul-mato-grossense”, I Congresso Internacional de Pesquisa em Letras no Contexto Latino-americano e X Seminário Nacional de Literatura, História e Memória, UNIOESTE, 2011.

sobre a lamentável guerra lendo os diários do Visconde de Taunay (*A retirada da Laguna e o Diário do Exército*) ou suas já mencionadas memórias, e também o volume *Chão do Apa: contos e memórias da fronteira*, de Brígido Ibanhes, que, antes de relatar sua infância, conta o impressionante episódio de resistência de seus avós no período final da guerra, em meio à fome, destruição e fogo na mata onde se refugiavam. No romance histórico, o relato de Samuel Xavier Medeiros, abordado acima. No campo da história, há dezenas que poderiam ser citadas, obras como *Maldita guerra*, de Francisco Doratioto, *Genocídio americano: A Guerra do Paraguai*, de Júlio José Chiavenatto, *Seiscentas léguas a pé*, de Acyr Vaz Guimarães, e as *Histórias da terra matogrossense*, do qual destaco o capítulo “O milagre de Forte Coimbra”, que pontua o episódio inicial da Guerra da Tríplice Aliança quando, em 26 de dezembro de 1864, três mil soldados paraguaios invadem o Forte Coimbra, em Corumbá, após brava resistência de 155 militares brasileiros, dando início efetivo à guerra.

Episódios de resistência heróica não ocorreram apenas no Forte Coimbra. A mando de Solano Lopez e partindo de Concepción, em dezembro de 1864 a tropa do coronel Isidoro Resquin cruza a fronteira e chega à Colônia Militar de Dourados, criada anos antes (1862) e comandada pelo tenente Antônio João Ribeiro, que não aceita se entregar e morre em combate⁷. Antes, porém, consegue escrever uma mensagem destinada ao tenente-coronel Dias da Silva, em Nioaque, interceptada por soldados paraguaios sem que chegue ao destino final. A mensagem posteriormente é citada como exemplo de bravura e de patriotismo, fazendo de Antônio João um dos heróis da resistência brasileira à invasão paraguaia. Transcrito no capítulo “A epopéia de Antônio João”, de *Histórias da terra matogrossense* (RODRIGUES, 1983, p. 75-80), e em “O exemplo de um herói”, da obra *Mato Grosso de outros tempos*, de Astúrio Monteiro de Lima (1979, p. 38-39), o bilhete é redigido nos seguintes termos: “Sei que morro, mas o meu sangue e o dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão estrangeira no solo de minha pátria” (*Apud* LIMA, 1979, p. 38). Após o término da guerra, a Colônia Militar de Dourados é restabelecida através do comando do capitão Rogaciano Monteiro de Lima, avô de Astúrio. No século XX, por determinação do presidente Getúlio Vargas, o entreposto militar torna-se a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (C.A.N.D.) e as terras em seu entorno, num montante de 300 mil hectares, são destinadas por lei à colonização. Conta Astúrio Monteiro de Lima:

Nesse tempo, Dourados não passava de um povoado, com duas ruas apenas, moradias de tábuas, poucas e mal sortidas casas comerciais, duas pensões e alguns bolichos. Havia uma única escola: a da abnegada professora dona Balbina de Matos Carvalho. [...] Conheci o local onde hoje é a cidade, no ano de 1911, logo após a doação do terreno para o Patrimônio, feita pelo falecido Marcelino Pires, que conseguira legalizar uma posse nas imediações (LIMA, 1979, p. 25).

O conflito entre Brasil e Paraguai deixou marcas profundas nos habitantes do sul do Mato Grosso, refletindo-se em aspectos políticos, econômicos e sociais. Um outro impor-

⁷ O episódio é mencionado pelo Visconde de Taunay em suas *Memórias*: “Nos últimos dias de 1864 dera-se a invasão paraguaia com a transposição do Rio Apa pelas forças do Coronel Resquin, em número superior a cinco mil homens. No dia 28 de dezembro fora o assalto da simples paliçada da colônia de Dourados, isto é, o morticínio do glorioso Antônio João Ribeiro e dos companheiros; a 1º de janeiro de 1865 o combate do Rio Feio, em que houve alguma resistência, ficando, a 2, ocupada a povoação de Nioaque” (TAUNAY, 2004, p. 251).

tante fator econômico para o desenvolvimento da região, com claras repercussões do ponto de vista cultural, é o monopólio concedido, entre os anos de 1882 e 1912, à Companhia Mate Laranjeira (de propriedade do gaúcho Tomaz Laranjeira), para extração da erva-mate. Nos capítulos “A medalha em anverso” (1979, p. 12-15), “O reverso da medalha” (1979, p. 16-18) e “O final dos contratos leoninos” (1979, p. 19-22), Astúrio Monteiro de Lima repercute o que significou para a região o monopólio dado à companhia, cujos administradores eram, em sua maioria, paraguaios e argentinos, o que resulta simultaneamente em trocas culturais vantajosas para o brasileiro fronteiriço, mas prejudiciais do ponto de vista sócio-econômico, pois

A escrituração interna e corrente adotada era em castelhano; o dinheiro com que pagavam os empregados era o peso paraguaio e os idiomas predominantes eram o espanhol e o guarani. [...] As poucas autoridades brasileiras existentes, sem recursos e sem força, quedavam-se inoperantes diante daquele poderio econômico que se tornara opressor, e, com raras exceções, rendiam-se à triste evidência de mercadejar a própria justiça e com ela os seus deveres de patriotas (LIMA, 1979, p. 17).

Mesmo com o fim do contrato de monopólio, em 1912, e com a produção a partir de então feita por outras empresas particulares, a Companhia Mate Laranjeira continua controlando a distribuição da carga, pois as embarcações lhe pertenciam, fato que contribui para que a exploração do produto por parte desta única companhia totalize aproximadamente setenta anos até que sejam criadas as primeiras cooperativas de extração da erva-mate. A economia do sul do Mato Grosso poderia finalmente respirar livre do jugo da Laranjeira: “Findava-se, desta maneira, um privilégio monopolizador que, praticamente, imperava há mais de setenta anos, açambarcando a comercialização, por inteiro, de uma produção altamente significativa na economia do Estado” (LIMA, 1979, p. 22).

Na primeira metade do século XX, dá-se início ao longo processo, acalentado desde sempre pela imensa maioria dos habitantes da porção sul do estado, de divisão do Mato Grosso. Em “Cultura e arte em Mato Grosso do Sul” (*Memória da arte em Mato Grosso do Sul: Histórias de vida*, 1992, p. 13-18), Maria da Glória Sá Rosa, parafraseando o folclorista José Octávio Guizzo, comenta que, “(...) apesar de termos pertencido ao mesmo Estado, nunca nos identificamos com a maneira de ser dos cuiabanos, que, ao longo dos anos de abandono, pelo poder imperial, acostumaram-se ao banho no rio, à fabricação de rendas, ao licor de piqui, à festa do Divino” (ROSA, 1992, p. 14). Dos paraguaios, contudo, ainda segundo ela, “(...) herdamos o gosto pelo tereré, pela chipa, pela polca” (idem)⁸.

Essa condição peculiar, aparentemente contraditória, de estarmos mais próximos culturalmente de um país vizinho do que da porção norte do mesmo estado, justifica a antiga vontade de emancipação. Para Astúrio Lima,

⁸ Na mesma coletânea, há opiniões controversas, como se percebe através do depoimento de Chico, membro do Grupo ACABA, ao falar das influências musicais e folclóricas do grupo: “A questão indígena, que faz parte da preocupação mundial, já existia no cerne de nossas composições. Todo esse trabalho unido às manifestações folclóricas, como a catira, o siriri, o cururu, constitui o que chamarei cultura mato-grossense, porque nossas raízes estão fincadas no antigo Estado, de onde nunca nos separamos culturalmente. Continuamos mato-grossenses do Sul e do Norte” (*Apud ROSA*, 1992, p. 128).

Certas ou erradas, a verdade é que os sulistas trazem a idéia separatista desde 1900 e, dessa data para cá, os pronunciamentos divisionistas foram sempre crescentes, apoiados na mais bela compreensão patriótica e de amor ao torrão, visto que todos desejavam ver o progresso e o crescimento de sua terra por igual, em seus diferentes quadrantes e na Santa Paz do Senhor (LIMA, 1979, p. 155).

A “ideia separatista” atingiu seu auge, no início de século XX, em 1932, durante a Revolução Constitucionalista que o estado de São Paulo moveu contra o governo getulista. A porção sul do Mato Grosso foi a única a apoiar os revolucionários paulistas, que lutavam sozinhos contra mineiros, cariocas e gaúchos. O governo mato-grossense, sediado em Cuiabá, estava, por motivos óbvios (sobretudo interesses econômicos e burocráticos), ao lado do governo republicano brasileiro e contrário à ideia de emancipação do sul do estado.

Quem ler as obras memorialísticas *A poeira da jornada*, de Demosthenes Martins, e *Vespasiano, meu pai*, de Nelly Martins, constatará, com certo espanto, que durante três meses de 1932 (tempo em que a revolução paulista obtivera êxito) o sul de Mato Grosso declarou-se estado independente de Cuiabá, vindo a se chamar Maracaju. Vespasiano Martins (1889-1965), um dos primeiros mato-grossenses a se formar em Medicina e provavelmente seu primeiro cirurgião, prefeito de Campo Grande desde o ano anterior, assume como governador. Leiamos o que sobre isso escreve sua filha Nelly Martins, em seu livro de reminiscências do pai:

Mato Grosso se divide em duas áreas: a do norte, aliada ao governo imposto pelas armas, 1930, e a do sul, único estado que se une a São Paulo nessa peleja. [...] Mato Grosso do Sul chamou-se, então, Estado de Maracaju, tendo como sede de governo Campo Grande. Vespasiano, que empunha a bandeira da Revolução do Estado que nasce, recebe, naturalmente, a incumbência de governá-lo. [...] No prédio da Loja Maçônica, na Avenida Calógeras, instala-se em solenidade entusiástica, mas simples, o novo governo em 10 de julho de 1932 (MARTINS, 1989, p. 60).

Se considerarmos que a Revolução Constitucionalista de São Paulo foi deflagrada em 9 de julho de 1932, conclui-se que os políticos do sul de Mato Grosso tinham pressa em declarar-se independentes de Cuiabá, pois no dia seguinte à vitória paulista o governo rebelde surge e se impõe. Para desânimo dos separatistas, porém, a tentativa de divisão malogra com a derrota das tropas paulistas e Vespasiano Martins é obrigado a se exilar, com a família e alguns companheiros de luta, na Argentina e no Paraguai.

O advogado e político Demosthenes Martins, em suas memórias intituladas *A poeira da jornada*, também comenta detalhes da adesão do sul do Mato Grosso à causa dos paulistas. No capítulo “Revolução de 1932” (1980, p. 99-104), Demosthenes esclarece que

Deflagrado o movimento armado de S. Paulo a 9 de julho de 1932, recebeu este imediata e entusiástica adesão do Sul de Mato Grosso, a região mais populosa e desenvolvida do grande Estado do Oeste. Atreito às suas tradições de lutas; às marcantes vinculações a S. Paulo, desde os tempos das bandeiras; às lides territoriais; ao intercâmbio econômico, social, cultural e comercial dominante, não causou surpresa esse intrépido pronunciamento dos sul mato-grossenses. [...] Além dessas determinantes histórico-geográficas mais dois fatores se

lhe somaram: a integração do General Bertoldo Klinger, comandante da guarnição militar do Estado, portador de grande prestígio na sua classe, que teve consigo a tropa do seu comando sediada nesta região, e o apoio do Dr. Vespasiano Barbosa Martins, personalidade de singulares atributos de liderança popular, então em extraordinário destaque na sua terra natal (MARTINS, 1980, p. 99-100).

No capítulo seguinte, “Reflexos da Revolução Constitucionalista” (1980, p. 104-115), Demosthenes Martins transcreve o artigo escrito por Vespasiano em 3 de agosto de 1932 para justificar a atitude de seu “governo independente”, atrelado aos ideais paulistas, como fica claro no trecho de abertura do texto do renomado cirurgião, em que o médico e político relaciona os motivos do apoio recorrendo à história:

Aos Bandeirantes, destemidos desbravadores de sertões, devemos o que somos. Mato Grosso e grande parte do Paraná foram por eles integrados em nossa nacionalidade, quando já em mãos estranhas. Não há interesse subalterno, não há regionalismo. Estamos juntos com o Estado de onde partiram as Bandeiras intemoradas que nos uniram ao Brasil. Com ele estamos e estaremos (*Apud* MARTINS, 1980, p. 104-105)⁹.

De volta ao Brasil em 1934, Vespasiano é novamente nomeado prefeito de Campo Grande (duas gestões, de outubro de 1934 a setembro de 1935, e de 1941 a 1945). Nesse intervalo, foi senador de 1935 a 1937 e, pela UDN, de 1945 a 1955. No capítulo “O herói” (MARTINS, 1989, p. 71-74), lê-se que, em dezembro de 1936, Vespasiano sofre em Cuiabá um atentado político. Mesmo baleado, enfrenta praticamente sozinho mais de cinco bandidos armados e se salva. O atentado repercute na imprensa nacional. Volta a Campo Grande como “herói do povo do sul do estado” e o episódio é utilizado como propaganda separatista.

No capítulo que encerra seu depoimento, “O maio preto” (1989, p. 99-100), Nelly Martins destaca que Vespasiano morreu (a 19/05/1965) sem ver realizado seu sonho de divisão do estado. No entanto, ele se perpetua através de estátuas e como nome de ruas, escolas, postos de saúde, etc. Para Nelly, o “maio preto” de homenagem a Vespasiano Martins é ele ter seu nome citado na letra do hino de Mato Grosso do Sul¹⁰. Vale a pena lermos fragmentos deste último capítulo da homenagem de Nelly a seu pai:

Vespasiano partiu. Foi sem que realizasse seu “sonho de iluminado”. Sem assistir à criação do estado que se chamaria Maracaju e hoje é Mato Grosso do Sul. [...] Alguma coisa porém lhe fazia sentir que esse dia haveria de chegar. E é pensando nele que vejo o povo cantar e dançar na rua em 11 de outubro de 1977, quando é assinada a Lei da Divisão do Estado. [...] Ele partiu, mas continua entre nós, velando pelo Estado que ajudou a nascer. Continua nas praças onde se erguem suas estátuas. Na casa de leis, nas escolas, rua, postos de saúde e centro cirúrgico que trazem seu nome. [...] Em nossa lembrança, falas e lamentos. Mas o maio preto que lhe coube foi haverem incluído seu nome e o da terra onde nasceu no hino de Mato Grosso do Sul. E é sempre tomada de emoção que canto esse belo poema épico (MARTINS, 1989, p. 99-100).

⁹ Sobre a participação do Sul do Mato Grosso na revolução paulista, ver a obra de Atamaril Saldanha, *Histórias e estórias da revolução de 1932 em MS*.

¹⁰ Ver o trecho do hino composto por Otávio Gonçalves Gomes e Jorge Antônio Siufi: “Moldurados pelas serras, / Campos grandes: Vacaria, / Rememoram desbravadores, / Heróis, tanta galhardia! // Vespasiano, Camisão / E o tenente Antônio João, / Guaicurus, Ricardo Franco, / Glória e tradição!” (*Apud* MARTINS, 1989, p. 19).

Os desdobramentos da Revolução Constitucionalista no sul do Mato Grosso não são evocados apenas em volumes de memórias. No romance-reportagem *Silvino Jacques: O último dos bandoleiros*, de Brígido Ibanhes, constata-se que o pistoleiro gaúcho, afilhado de Getúlio Vargas, participa do conflito para defender os interesses do padrinho famoso, então na presidência da república: “Silvino Jacques, através do primo Prudente d’Ornellas que viera diretamente do Rio Grande do Sul, recebeu a convocação do general Flores da Cunha para que formasse um grupo armado de civis e lutasse a favor de Getúlio Vargas” (IBANHES, 2007, p. 56).

Conflitos entre o norte e o sul de Mato Grosso, como vemos, existem desde o começo do século, atingindo momentos de extrema tensão nos anos 30, por conta do apoio sul-mato-grossense à revolução paulista. Mesmo após seu fracasso e o aparente esfriamento da tensão norte/sul, a rixa continua nas décadas seguintes. Na crônica “Divisão do Estado: a luta entre universitários” (2009, p. 71-73), presente no volume *Espelho do tempo: Memórias*, do ex-deputado Ruben Figueiró de Oliveira, vê-se que nas décadas de 1950 e 1960 a rivalidade se reflete na disputa pela presidência, no Rio de Janeiro, da Associação Mato-grossense de Estudantes (AME), da qual o memorialista foi presidente em 1953. Sua maior realização administrativa foi a construção, na praia do Flamengo, da Casa do Estudante Mato-grossense, sede da AME.

Todos estes acontecimentos históricos contribuíram, naturalmente, para o ambiente que culminou com a criação oficial, no final da década de 1970, por parte do governo militar de Ernesto Geisel, através da Lei Complementar nº 31, do Estado de Mato Grosso do Sul (de 11 de outubro de 1977). Sobre o assunto, convém acompanhar os capítulos finais das memórias de Demosthenes, *A poeira da jornada*, nos quais são esclarecidas desde a motivação política do ato até a posse do primeiro governo do estado, a 1º de janeiro de 1979, com a nomeação de Harry Amorim Costa ao cargo de governador. O memorialista acentua a euforia que tomou conta do povo sul-mato-grossense, sobretudo em Campo Grande, designada como capital do estado que ali nascia. Diz Demosthenes:

Em todo o novo Estado o ato foi festivamente comemorado com o maior entusiasmo. Em Campo Grande essa comemoração foi delirante. Calcula-se que umas 50.000 pessoas – homens, mulheres e colegiais – saíram às ruas conduzindo faixas com dizeres alusivos à divisão, cantando, dançando, fazendo espoucar milhares de foguetes, numa alegria contagiante enquanto centenas de veículos repletos, buzonavam estridentemente, circulavam pelas ruas periféricas e bairros da cidade. Realizara-se a mais ambiciosa aspiração dos sul-mato-grossenses (MARTINS, 1980, p. 376).

A comemoração entusiasta é visivelmente uma forma catártica de valorizar o coroamento e o reconhecimento oficial, em nível nacional, de uma identidade que possui um lento e árduo processo de construção histórica, que remete, como se viu, às bandeiras do período de colonização, aos combates sangrentos da Guerra do Paraguai, à vinda de migrantes estrangeiros e de outros estados brasileiros, às investidas do bando de Silvino Jacques e ao governo rebelde do estado de Maracaju, sonho do “herói” Vespasiano. Aparentemente paradoxal,

como sugere o título deste artigo, a recente autonomia política (aproximadamente trinta e cinco anos) viria na verdade legitimar essa identidade conquistada a ferro e fogo e reivindicada por todos os sul-mato-grossenses há mais de um século antes da divisão.

Ao se falar de Aleixo Garcia, Antônio João e Vespasiano Martins, estamos tratando, de certa forma, da memória histórica do estado e de seu fascinante processo de maturação cultural e coletiva. Se pensarmos, por exemplo, no subgênero das memórias individuais, a literatura sul-mato-grossense também é riquíssima. Chama a atenção o fato de, à exceção das memórias de Taunay, redigidas no final do século XIX, quase todos os memorialistas do Mato Grosso do Sul terem publicado seus volumes de recordações após a divisão em 1977. Como nenhum deles possui menos de trinta e cinco anos de idade, fica evidente que o texto memorialístico é sul-mato-grossense (do ponto de vista cultural), embora as recordações de infância e juventude evocadas estejam ligadas à época do Mato Grosso indiviso geograficamente, quando o sul do estado possuía identidade cultural mas não autonomia política.

Prova disso é a trilogia de depoimentos colhidos e comentados por Maria da Glória Sá Rosa (e colaboradoras) junto aos escritores e artistas do Mato Grosso do Sul. Nas três obras (em ordem cronológica de publicação: *Memória da arte em Mato Grosso do Sul: Histórias de vida*, 1992, com Maria Adélia Menegazzo e Idara Duncan; *A música de Mato Grosso do Sul: Histórias de vida*, 2009, com Idara Duncan; e *A literatura sul-mato-grossense na ótica de seus construtores*, 2011, com Albana Xavier Nogueira) há dezenas de entrevistas nas quais os mais variados artistas do estado relembram suas infâncias e seus respectivos processos de iniciação literária e/ou artística.

O primeiro é subdividido em “Literatura” (José Couto Vieira Pontes e Manoel de Barros), “Música” (Paulo Simões e Geraldo Espíndola, dentre outros), “Teatro” (Cristina Mato Grosso, Paulo Corrêa de Oliveira), “Artes plásticas” (Humberto Espíndola, Ilton Silva e Jorapimo), “Cinema” (João José de Souza Leite) e “Dança” (Neide Garrido e Sandra Gonçalves Gomes). Em todas as seções, o mesmo esquema: breves considerações críticas e em seguida o depoimento do artista. Os comentários críticos são feitos por Sá Rosa (três primeiros itens), Maria Adélia Menegazzo (“Artes plásticas”) e Idara Duncan (“Cinema” e “Dança”). O tom da maioria das entrevistas é de nostalgia e de evocação da formação artística e/ou literária, ocorrida em território sul-mato-grossense, porém antes da divisão. Vejamos como se iniciam, por exemplo, as lembranças de Geraldo Espíndola referentes ao seu nascimento e interesse pela música:

Todos me conhecem por Geraldo Espíndola, mas meu nome completo é Geraldo Cristóvão Miranda Espíndola. Nasci aqui em Campo Grande, na rua 14 de julho, ao lado do Armazém Troncoso, no dia 30 de novembro de 1952. O parto aconteceu sem dor, minha mãe me teve sorrindo. Até hoje ela conta o fato, sem acreditar nele realmente. Sou filho de Alba Miranda Espíndola e de Francisco Espíndola Neto. Minha família é toda ligada à arte, de modo que, desde criança, me interesse por música. Em São Paulo, na casa de meus avós, Humberto e Alzira Miranda, havia reuniões deliciosas, em que costumavam tocar piano meus tios Aécio, Haroldo e Marcelo, trigêmeos que fizeram o maior sucesso na década de cinquenta, tocando o Concerto de Bach para três pianos no Teatro da Cultura Artística de São Paulo (*Apud ROSA*, 1992, p. 94-95).

Os dois outros volumes seguem a mesma toada, com comentários críticos seguidos de depoimentos, o segundo especificamente destinado aos músicos do Mato Grosso do Sul, e o terceiro aos escritores do estado – poetas, prosadores e ensaístas, num total de vinte e cinco autores contemplados. Dentre os escritores entrevistados, alguns deixaram importantes registros memorialísticos, tanto em verso (Manoel de Barros e suas *Memórias inventadas*) quanto em prosa: Brígido Ibanhes e seu já mencionado *Chão do Apa*; Samuel Xavier Medeiros e suas instigantes *Memórias de Jardim*; e Abílio Leite de Barros, irmão do poeta Manoel, autor de um belíssimo livro de memórias, intitulado *Histórias de muito antes - Exercícios de ficção e memória: contos*, no qual evoca suas lembranças da infância passada em Corumbá às margens do rio Paraguai.

Quanto ao depoimento de Brígido Ibanhes presente na obra *A literatura sul-mato-grossense na ótica de seus construtores*, o trecho que destacarei a seguir é ilustrativo da ideia desenvolvida neste artigo a respeito da formação cultural ancestral do povo sul-mato-grossense. Afirma o escritor, nascido em Bella Vista, na fronteira do Paraguai com o então Mato Grosso:

Sempre, nas minhas falas, afirmo que nasci num país (*che retã*, em guarani) chamado Fronteira. Um dia escrevi um artigo em que defendi o nome de Mato Grosso do Sul como o Estado das Fronteiras, pois além de fronteiras territoriais, vivemos em fronteiras sociais, fundiárias, ambientais e culturais (*Apud ROSA, 2001, p. 80*).

Esse tipo de sensação de pertencimento cultural ao Mato Grosso do Sul explica a diferença entre o memorialismo levado a cabo por escritores da região, que viveram suas infâncias na parte sul do Mato Grosso e, portanto, desde cedo se identificaram com o modo sul-mato-grossense de ser, e memorialistas que nasceram e sempre viveram na porção norte do estado, sobretudo na capital Cuiabá, como é o caso de Generoso Ponce Filho (*O menino que era eu: Memórias*, 1967) e Maria de Lourdes da Silva Ramos (*Campeando lembranças: Reminiscências cuiabanas*, 1999). Estas duas excelentes obras supracitadas pertencem exclusivamente ao memorialismo mato-grossense, não mantendo nenhum tipo de relação com o desenvolvimento do gênero em Mato Grosso do Sul e com obras tais como as de Brígido Ibanhes, Ulisses Serra, Samuel Xavier Medeiros e Abílio Leites de Barros. Afinal de contas, “nunca nos identificamos com a maneira de ser dos cuiabanos”, como insiste Maria da Glória Sá Rosa. Em síntese, segundo Vieira Pontes, o sul nunca ficou a dever nada para o norte, nem historicamente e muito menos culturalmente:

Temos assunto à vontade, desde a Guerra do Paraguai às fantásticas lendas, que os peões pantaneiros costumam narrar. Fala-se da velha Cuiabá, mas o Sul tem mais tempo de vida que o Norte. Cuiabá data de 1718 mas, em 1524, Aleixo Garcia cruzava nosso Estado, em busca das minas de prata do Peru (*Apud ROSA, 1992, p. 36*).

Assim, é interessante propor, como conclusão parcial do raciocínio aqui desenvolvido, a memória sul-mato-grossense como uma espécie de paradoxo pessoano, no qual, a despeito de sua rica história cultural, sua autonomia política é tão recente e ainda em construção que nos autoriza a pensar que o Mato Grosso do Sul, nossa Lisboa povoada pela insistência de outros Ulisses, já existia antes de “ser”, implicitamente e por maneiras diversas, existia em

estado latente em Aleixo Garcia, Antônio João e Vespasiano Martins, e, a partir de 1977, passa de fato a existir autonomamente, explicitamente, em todas as acepções e com o reconhecimento protocolar do qual esta identidade híbrida, secular, conquistada a custo, sempre foi merecedora, orgulhosamente merecedora.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Abílio Leite de. *Histórias de muito antes - Exercícios de ficção e memória: contos*. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2004.
- BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas: As infâncias de Manoel de Barros*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas léguas a pé (A campanha do Apa)*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1988.
- IBANHES, Brígido. *Chão do Apa: Contos e memórias da fronteira*. Dourados: Editora Dinâmica, 2010.
- _____. *Silvino Jacques: O último dos bandoleiros*. 5 ed. Dourados: Dinâmica, 2007.
- LEI COMPLEMENTAR Nº 31 – ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Bauru: Editora Jalovi, 1978.
- LIMA, Astúrio Monteiro de. *Mato Grosso de outros tempos: Pioneiros e heróis*. São Paulo: Editora Soma, 1979.
- MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada: Memórias*. São Paulo: Editora Resenha Tributária Ltda, 1980.
- MARTINS, Nelly. *Vespasiano, meu pai*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.
- MEDEIROS, Samuel Xavier. *Memórias de Jardim*. Campo Grande: Editora Teassul, 2002.
- _____. *Senhorinha Barbosa Lopes*. Campo Grande: Gibim, 2007.
- NAVEIRA, Raquel. *Guerra entre irmãos: Poemas inspirados na Guerra do Paraguai*. 2 ed. Campo Grande: Edição da Autora, 1993.
- OLIVEIRA, Ruben Figueiró de. *Espelho do tempo: Memórias*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2009.
- PESSOA, Fernando. Ulysses. In: *Mensagem*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981, p. 23.
- PONCE FILHO, Generoso. *O menino que era eu: Memórias*. Rio de Janeiro: Editora Lançadora, 1967.

PONTES, José Couto Vieira. *História da literatura sul-mato-grossense*. São Paulo: Editora do Escritor, 1981.

RAMOS, Maria de Lourdes da Silva. *Campeando lembranças: Reminiscências cuiabanas*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1999.

RIBEIRO, Renato Alves. *Taboco – 150 anos: balaio de recordações*. São Paulo: Prol Editora Gráfica Ltda., 1984.

RODRIGUES, J. Barbosa. *Histórias da terra matogrossense*. São Paulo: Editora do Escritor, 1983.

_____. *Isto é Mato Grosso do Sul – Nasce um estado*. São Paulo: Vaner Bicego, 1978.

ROSA, Maria da Glória Sá; NOGUEIRA, Albana Xavier. *A literatura sul-mato-grossense na ótica de seus construtores*. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2011.

ROSA, Maria da Glória Sá; DUNCAN, Idara. *A música de Mato Grosso do Sul: Histórias de vida*. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2009.

ROSA, Maria da Glória Sá; DUNCAN, Idara; MENEGAZZO, Maria Adélia. *Memória da arte em Mato Grosso do Sul: Histórias de vida*. Campo Grande: CECITEC/UFMS, 1992.

SERRA, Ulisses. *Camalotes e guavirais*. 2 ed. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1989.

TAUNAY, Alfredo D'Escragolle (Visconde de). *A retirada da Laguna* Episódio da Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.

_____. *Diário do Exército*. São Paulo: Melhoramentos, 1926, 2 v.

_____. *Memórias*. São Paulo: Iluminuras, 2004.